



CIRCULAR 02/2016

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016 (Lei nº 7A/2016, de 30/3)

Lisboa, 26 de abril de 2016

Estimados clientes:

Este ano, muito mais tarde do que é habitual, pelos motivos conhecidos, temos o nosso trabalho sobre o Orçamento de Estado. A lei que aprova o OE2016 foi publicada no passado dia 30 de março, tendo entrado em vigor no dia seguinte.

De um modo geral as alterações são já conhecidas através da comunicação social. Também não há alterações profundas nos diplomas, talvez a mais significativa tem a ver com o IVA da restauração/hotelaria.

Contudo, achamos deveras importante a leitura atenta a este nosso trabalho e consultar-nos em todas as dúvidas que possam subsistir no final.

CIRS

- Artº 68º - Taxas gerais

Mantém-se os cinco escalões, com uma atualização de 0,5%, em todos os escalões, exceto no último. Pouco relevante.

- Artº 69º - Quociente familiar

Foi eliminado o quociente familiar criado em 2015 e reposto o quociente conjugal. Consequência prevista: para quem tem filhos e não esteja no 1º escalão poderá ter um agravamento do imposto.

- Artº 78º-F – Dedução pela exigência de fatura

Foi acrescentado o setor com o CAE 75000 – atividades veterinárias aos outros quatro setores já conhecidos que dão direito a deduzir no IRS 15% do valor do IVA dessas despesas (limite da dedução: 250€ por agregado familiar).

CIRC

- Artº 52º - Dedução de prejuízos fiscais

Para as PME's o período de reporte de prejuízos fiscais mantém-se nos doze anos mas para as outras empresas, é reduzido para cinco. Esta alteração conta apenas para 2017 em diante.

- Artº 53º - Determinação do rendimento global

Para as entidades que não exerçam a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola o prazo de dedução de perdas é reduzido de 12 para 5 anos.

- Artº 87º - Taxas

Apenas verificou-se uma alteração para as entidades que não exerçam a título principal uma atividade comercial, industrial ou agrícola, na qual a taxa de IRC passa para 21% (equiparando-se às restantes entidades). Contudo, continuam desfavorecidas pois não podem beneficiar da taxa reduzida de 17% para as PME's nos primeiros 15.000€ de matéria coletável.

- Artº 123º - Obrigações contabilísticas das empresas / Artº 130º - Processo de documentação fiscal

Os livros, registos e documentos devem ser guardados durante o prazo de 10 anos (era 12) mas tem efeito apenas a partir de 2017.

Nota final para o IRC: as associações de pais devem estar inscritas no cadastro do IRC através da respetiva declaração de início de atividade. Podem fazê-lo até 31/12/2016 sem coima.

CIVA

- Lista I anexa ao CIVA (taxa reduzida de 6%)

A verba 1.1.5 passa a contar apenas pão mas devido ao ofício e portaria emitidos entende-se que não se pretende reduzir a quantidade de produtos abrangidos (a portaria 52/2015 fala nomeadamente de pão-de-leite, pão tostado ou tosta. Para os clientes interessados nesta área aconselhamos a leitura da referida portaria datada de 26/2 e do ofício circulado nº 30180 de 31/3.

- Lista II anexa ao CIVA (taxa intermédia de 13%)

Aqui está a grande alteração do OE2016 esperada há muito pelo setor da restauração e hotelaria.

A partir de 1/7/2016 a taxa de IVA nos serviços de restauração passa para 13%. Ficam excluídas as bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas com outras substâncias, que se mantêm na taxa de 23%.

Atenção ao seguinte ponto. Quando o serviço incorpore elementos sujeitos a mais do que uma taxa mas para o qual é fixado um preço único, o valor tributável deve ser repartido pelas várias taxas, numa relação proporcional como veremos no exemplo a seguir. Se não houver essa repartição tudo é tributado pela taxa máxima.

Exemplo:

Elemento do menu	Preço	Proporção
Prato de peixe/carne	3,50	61%
Bebida com álcool/refrigerante	1,60	28%
Café	0,60	11%
Total	5,70	100%

O cálculo do IVA deve ser feito assim: $(3,50+0,60) \times 82\% \times 13\% + (1,60) \times 28\% \times 23\% = 0,54\text{€}$

Em nossa opinião (Saturno) consubstanciada na opinião de um inspetor tributário não é correto do ponto de vista legal colocar na fatura apenas “menu”.

Face a esta alteração do IVA é nossa opinião:

- 1) Muito cuidado na configuração do sistema informático para não haver falhas (uma falha num produto pode implicar toda a operação ser tributada a 23% com graves prejuízos para a empresa);
- 2) Faturar individualmente os itens dos chamados menus, cada um com a sua respetiva taxa de iva, ou pelo menos fazer os menus sem bebidas e faturar numa linha à parte as bebidas (se neste momento está a pensar “oferecer” a bebida ao cliente, não vá por aí pois as operações gratuitas também pagam imposto ao Estado!).

As refeições prontas a consumir, seja nos regimes de pronto a comer e levar ou com entrega ao domicílio também estão abrangidas pela taxa intermédia.

CIMI

- Artº 11º - Prédios de reduzido valor patrimonial de sujeitos passivos de baixos rendimentos

Quem está abrangido por esta situação (rendimentos anuais até 1.048,05€ e valor dos imóveis até 4.192,20€) mesmo estando a viver num lar em 31/12 pode pedir a isenção fazendo prova que o imóvel era a sua habitação própria e permanente.

- Artº 112º - Taxas

A taxa máxima de IMI aplicável a prédios urbanos passa de 0,5% para 0,45%.

- Artº 138º - Atualização periódica

Os VPT's dos prédios urbanos passam a ser atualizados de três em três anos em vez de anualmente, com base nos coeficientes de desvalorização da moeda.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2016.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados das principais alterações no contexto fiscal português.

Obrigado pela atenção dispensada nesta leitura e como habitualmente não dispensa a consulta da própria legislação.

Um empresário bem informado é um empresário de sucesso!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira